

OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS NA AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS

Suéllen Danúbia da Silva¹
Ana Cláudia dos Santos Barão²
Amanda da Silva Cuim³
Elimeire Alves de Oliveira⁴
Tiago Moreno Lopes Roberto⁵
Ijosiel Mendes⁶

RESUMO: A Educação Infantil representa a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade promover o desenvolvimento integral da criança por meio de práticas pedagógicas que valorizam as interações, as brincadeiras e as múltiplas formas de aprendizagem. Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) organiza o currículo a partir dos Campos de Experiência, os quais orientam o planejamento pedagógico e os processos avaliativos, considerando a criança como protagonista de seu desenvolvimento. O presente artigo tem como objetivo analisar os desafios da avaliação do desenvolvimento das crianças na Educação Infantil à luz dos Campos de Experiência, destacando as contribuições dessa perspectiva para a prática pedagógica. A metodologia adotada caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza descritiva, fundamentada em livros, artigos científicos, documentos oficiais e produções acadêmicas que abordam a avaliação na Educação Infantil, os Campos de Experiência e o desenvolvimento infantil. A análise dos estudos evidencia que a avaliação deve ocorrer de forma contínua, processual, diagnóstica e formativa, baseada na observação sistemática, nos registros pedagógicos e na documentação das experiências vivenciadas pelas crianças, respeitando seus ritmos, interesses e singularidades. Entretanto, persistem desafios relacionados à formação dos professores, à compreensão dos princípios da BNCC, à utilização de instrumentos avaliativos coerentes com a concepção de infância e às condições institucionais para a realização de uma avaliação significativa. Conclui-se que a efetivação de práticas avaliativas fundamentadas nos Campos de Experiência demanda investimento em formação continuada, planejamento pedagógico e reflexão crítica sobre as práticas educativas, favorecendo uma avaliação comprometida com o desenvolvimento integral, a inclusão e os direitos de aprendizagem das crianças.

1

Palavras-chave: Educação Infantil. Campos de Experiência. Avaliação. Desenvolvimento Infantil. BNCC.

¹Docente no curso de Pedagogia da Faculdade Futura. Graduada em Ciências Contábeis (UNIFEV), Graduada em Administração pela Faculdade Futura, Graduada em Pedagogia (UNIBF) Especialista em Administração Estratégica com ênfase em Marketing e Gestão de Recursos Humanos (UNILAGO), Especialização em Controladoria (UNIASSELVI), Mestrado em Administração (UNIMEP).

²Docente da Faculdade Futura de Votuporanga. Graduada em Ciências Biológicas (UNIFEV). Graduada em Pedagogia (ISEED-FAVED). Especialista em Neurociência e Aprendizagem (ÚNICA). Especialista em Atendimento Educacional Especializado (IPEMIG). Mestre em Biologia Animal (UNESP).

³Docente na Faculdade Futura de Votuporanga, Docente na Prefeitura de Votuporanga. Mestre em Ensino e Processos Formativos (UNESP). Especialista em Educação Infantil e Ensino Fundamental, Coordenação Pedagógica (UFSCAR). Graduada em Pedagogia (UNIFEV).

⁴Docente e Coordenadora no curso de Pedagogia da Faculdade Futura. Graduada em Direito (UNIFEV), Pedagogia e Letras, Especialista em Gestão Escolar. Mestre em Ensino e Processos Formativos. Advogada.

⁵Graduado em Psicologia e Pedagogia. Especialista em Saúde Mental, Mestre em Psicologia e Saúde; Doutor em Ciências da Saúde; Professor do Curso de Psicologia e Odontologia; Professor da Faculdade Futura.

⁶Docente da Faculdade Futura de Votuporanga. Graduado em Matemática. (UNIFEV). Especialista em Matemática (UNICAMP). Especialista em Matemática no Ensino Médio (UFSCAR). Mestrado em Matemática (UNESP).

ABSTRACT: Early Childhood Education represents the first stage of Basic Education and aims to promote the child's holistic development through pedagogical practices that value interactions, play, and multiple forms of learning. In this context, the National Common Curricular Base (BNCC) organizes the curriculum around "Fields of Experience," which guide pedagogical planning and assessment processes while regarding the child as the protagonist of their own development. This article aims to analyze the challenges of assessing child development in Early Childhood Education in light of the Fields of Experience, highlighting the contributions of this perspective to pedagogical practice. The methodology adopted is a bibliographic study with a qualitative approach and descriptive nature, grounded in books, scientific articles, official documents, and academic works addressing assessment in Early Childhood Education, the Fields of Experience, and child development. Analysis of the studies reveals that assessment must be continuous, process-oriented, diagnostic, and formative, based on systematic observation, pedagogical records, and documentation of the experiences lived by the children, while respecting their rhythms, interests, and unique characteristics. However, challenges persist regarding teacher training, the understanding of BNCC principles, the use of assessment tools consistent with the concept of childhood, and the institutional conditions required for meaningful assessment. The study concludes that implementing assessment practices grounded in the Fields of Experience requires investment in continuing education, pedagogical planning, and critical reflection on educational practices, thereby fostering an assessment approach committed to holistic development, inclusion, and children's learning rights.

Keywords: Early Childhood Education. Fields of Experience. Assessment. Child Development. BNCC.

INTRODUÇÃO

2

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças, contemplando os aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais e culturais. Nas últimas décadas, as políticas públicas voltadas à infância passaram a reconhecer a criança como sujeito de direitos, promovendo mudanças significativas na organização curricular e nas práticas pedagógicas,

A homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) consolidou uma nova perspectiva para a Educação Infantil ao instituir os Campos de Experiência como eixo organizador do currículo, valorizando as interações, as brincadeiras e as experiências vividas pelas crianças como elementos essenciais para a aprendizagem e o desenvolvimento (BRASIL, 2018).

Os Campos de Experiência representam uma proposta curricular que busca integrar diferentes dimensões do desenvolvimento infantil, favorecendo aprendizagens contextualizadas e significativas. A organização exige que a avaliação seja compreendida como um processo contínuo, formativo e qualitativo, voltado ao acompanhamento das experiências, das interações e dos avanços individuais das crianças, afastando-se de práticas classificatórias e

da mensuração de conteúdo. Conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a avaliação na Educação Infantil deve ocorrer por meio do acompanhamento e do registro do desenvolvimento infantil, sem finalidade de promoção para o Ensino Fundamental (BRASIL, 1996).

Apesar dos avanços promovidos pela BNCC, observa-se que a implementação de práticas avaliativas coerentes com os princípios dos Campos de Experiência ainda constitui um desafio para muitos professores e instituições de Educação Infantil. Entre as dificuldades encontradas destacam-se a necessidade de formação continuada dos docentes, a compreensão dos fundamentos da avaliação formativa, a utilização da documentação pedagógica como instrumento de acompanhamento do desenvolvimento infantil e as condições institucionais para a realização de registros sistemáticos das aprendizagens. Tais aspectos evidenciam a importância de aprofundar as discussões acerca da avaliação na Educação Infantil, considerando as especificidades da infância e o compromisso com a garantia dos direitos de aprendizagem.

Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender como os Campos de Experiência orientam os processos avaliativos na Educação Infantil e quais desafios permeiam sua efetivação nas práticas pedagógicas. Além disso, a pesquisa contribui para ampliar as reflexões sobre a avaliação do desenvolvimento infantil, oferecendo subsídios teóricos para professores, gestores e pesquisadores comprometidos com a melhoria da qualidade da educação oferecida às crianças.

3

Em um cenário de constantes transformações nas políticas educacionais, torna-se indispensável fortalecer práticas avaliativas que respeitem as singularidades infantis e promovam o desenvolvimento integral, conforme preconizado pela legislação educacional brasileira.

Este artigo tem como objetivo geral analisar os desafios da avaliação do desenvolvimento das crianças na Educação Infantil à luz dos Campos de Experiência propostos pela Base Nacional Comum Curricular, os objetivos específicos, busca: compreender os fundamentos da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica; discutir a importância da avaliação para o desenvolvimento infantil; analisar as contribuições da BNCC e dos Campos de Experiência para a organização das práticas pedagógicas; e identificar os principais desafios enfrentados pelos professores na implementação de práticas avaliativas coerentes com os princípios da avaliação formativa.

A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO PRIMEIRA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

A Educação Infantil é reconhecida como a primeira etapa da Educação Básica, desempenhando papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos de idade. Sua finalidade ultrapassa o cuidado assistencial, consolidando-se como um espaço educativo voltado à promoção das aprendizagens, das interações sociais e da construção da identidade infantil.

Essa concepção foi fortalecida pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e, mais recentemente, pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reafirmam a criança como sujeito de direitos e protagonista do processo educativo.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a Educação Infantil tem como finalidade promover o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade

A evidência que o trabalho pedagógico deve considerar as especificidades da infância, respeitando os ritmos, interesses e necessidades individuais, em um ambiente acolhedor e estimulante.

A BNCC (BRASIL, 2018) reforça essa concepção ao estabelecer que as práticas pedagógicas da Educação Infantil devem ser organizadas a partir das interações e das brincadeiras, compreendidas como eixos estruturantes do desenvolvimento infantil. O documento orienta que as experiências vividas pelas crianças sejam planejadas de forma intencional, favorecendo o desenvolvimento das competências cognitivas, afetivas, sociais, linguísticas e motoras, por meio dos Campos de Experiência. Assim, o currículo deixa de priorizar conteúdos fragmentados e passa a valorizar as vivências significativas que promovem aprendizagens contextualizadas.

Sob a perspectiva histórico-cultural, Para Vygotsky (2007) a perspectiva histórico-cultural, o desenvolvimento infantil ocorre nas relações sociais estabelecidas com outras crianças e com os adultos, o estudioso afirma que , a aprendizagem antecede e impulsiona o desenvolvimento, sendo mediada pela linguagem, pela cultura e pelas experiências compartilhadas.

O ambiente escolar assume papel decisivo ao proporcionar situações de interação que ampliam as possibilidades de aprendizagem e favorecem a construção do conhecimento.

Piaget (1999), por sua vez, compreende o desenvolvimento infantil como um processo ativo de construção do conhecimento, no qual a criança interage constantemente com o meio. Segundo o autor, as experiências concretas, a exploração do ambiente e o brincar favorecem o desenvolvimento das estruturas cognitivas, permitindo que a criança organize progressivamente seu pensamento. A necessidade de práticas pedagógicas que respeitem as etapas do desenvolvimento e incentivem a autonomia infantil, corroborando essa perspectiva, Kramer (2006) destaca que a Educação Infantil deve assegurar experiências que integrem cuidado e educação, compreendendo a criança como um sujeito histórico, social e cultural.

O cotidiano escolar deve promover oportunidades para que as crianças expressem suas emoções, construam conhecimentos, desenvolvam a criatividade e estabeleçam relações significativas com o mundo ao seu redor.

Para Oliveira (2019) enfatiza que a qualidade da Educação Infantil está diretamente relacionada à organização de práticas pedagógicas que valorizem a participação ativa das crianças, a escuta sensível dos professores e o planejamento de experiências diversificadas.

O trabalho educativo nessa etapa deve favorecer o desenvolvimento integral, considerando as diferentes dimensões da infância e respeitando a singularidade de cada criança.

Além disso, a avaliação na Educação Infantil deve acompanhar essa concepção de desenvolvimento integral, priorizando a observação, os registros e a documentação pedagógica como instrumentos capazes de acompanhar os processos de aprendizagem, sem caráter classificatório. Conforme orienta a BNCC (BRASIL, 2018), a avaliação deve contribuir para o planejamento docente e para a compreensão das necessidades individuais e coletivas das crianças, fortalecendo práticas pedagógicas inclusivas e contextualizadas.

Dessa forma, a Educação Infantil consolida-se como uma etapa essencial da Educação Básica, pois estabelece as bases para o desenvolvimento humano, para a construção das aprendizagens futuras e para a formação de cidadãos críticos, participativos e autônomos. O reconhecimento da criança como sujeito de direitos exige que as instituições educativas desenvolvam práticas pedagógicas fundamentadas na valorização da infância, das experiências, das interações e do brincar, assegurando uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida.

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A avaliação na Educação Infantil constitui um processo essencial para compreender o desenvolvimento das crianças em suas múltiplas dimensões, permitindo ao professor acompanhar as aprendizagens, identificar potencialidades e reorganizar as práticas pedagógicas.

Diferentemente das etapas posteriores da Educação Básica, a avaliação nessa fase não possui caráter classificatório ou de promoção, mas assume uma perspectiva diagnóstica, contínua, processual e formativa, centrada na observação das experiências vivenciadas pelas crianças em diferentes contextos educativos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece, em seu artigo 31, que a avaliação na Educação Infantil deve ocorrer mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção para o Ensino Fundamental (BRASIL, 1996). Essa orientação rompe com práticas tradicionais baseadas em testes ou classificações, reafirmando que o foco da avaliação deve estar no acompanhamento do processo de desenvolvimento infantil.

Nessa mesma perspectiva, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca que a avaliação deve estar integrada ao cotidiano das instituições de Educação Infantil, possibilitando ao professor observar como as crianças brincam, interagem, exploram, comunicam-se e constroem conhecimentos.

Os registros produzidos durante esse acompanhamento subsidiam o planejamento pedagógico, permitindo que as experiências propostas atendam às necessidades, aos interesses e às singularidades de cada criança (BRASIL, 2018).

Segundo Hoffmann (2018), avaliar na Educação Infantil significa acompanhar os

6

percursos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças por meio de uma observação sensível e intencional, a avaliação deve constituir-se em um processo permanente de reflexão sobre a prática pedagógica, favorecendo decisões que ampliem as oportunidades de aprendizagem, o professor deixa de ser um mero avaliador de resultados para tornar-se um mediador do desenvolvimento infantil.

Para Luckesi (2011) também defende que a avaliação deve ser compreendida como um instrumento de diagnóstico e tomada de decisões pedagógicas. Para o autor, avaliar implica conhecer a realidade educacional para promover intervenções que contribuam para o crescimento dos estudantes. Embora suas reflexões contemplem diferentes níveis de ensino, seus pressupostos dialogam com a Educação Infantil ao enfatizar uma avaliação comprometida com a inclusão, o acolhimento e a melhoria da aprendizagem, em oposição às práticas de caráter punitivo ou excludente.

A perspectiva histórico-cultural, Vygotsky (2007) compreende que o desenvolvimento infantil ocorre por meio das interações sociais e da mediação realizada pelos adultos e pelos pares. Nesse contexto, a avaliação permite identificar a Zona de Desenvolvimento Proximal

(ZDP), isto é, aquilo que a criança ainda não realiza de forma autônoma, mas consegue realizar com auxílio.

O acompanhamento sistemático do desenvolvimento possibilita ao professor planejar intervenções adequadas às necessidades de cada criança, favorecendo novas aprendizagens.

Segundo Piaget (1999) destaca que o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio da interação ativa da criança com o ambiente, assim, a avaliação deve considerar as experiências concretas, as descobertas e as formas particulares pelas quais cada criança constrói conhecimentos. Essa compreensão reforça a necessidade de respeitar os diferentes ritmos de desenvolvimento, evitando comparações entre crianças e valorizando os avanços individuais.

De acordo com Oliveira (2019), a avaliação deve estar articulada ao planejamento pedagógico e à documentação das experiências infantis, constituindo-se como uma ferramenta de reflexão sobre o processo educativo.

Os registros produzidos pelos professores como relatórios, fotografias, portfólios, desenhos e registros de observação permitem acompanhar o desenvolvimento das crianças ao longo do tempo, favorecendo uma prática pedagógica mais intencional e significativa.

A documentação pedagógica assume papel relevante, pois torna visíveis os processos de aprendizagem, possibilitando que professores, famílias e crianças acompanhem as conquistas e os desafios vivenciados durante o percurso educativo. Para Hoffmann (2018), registrar não

7

significa apenas descrever acontecimentos, mas interpretar as experiências das crianças à luz dos objetivos pedagógicos, contribuindo para o aprimoramento das práticas docentes.

A efetivação de uma avaliação formativa ainda enfrenta desafios nas instituições de Educação Infantil, entre eles destacam-se a insuficiência de formação continuada sobre avaliação, o elevado número de crianças por turma, a escassez de tempo para registros sistemáticos e a permanência de práticas avaliativas baseadas em modelos classificatórios os fatores podem dificultar a consolidação de uma avaliação coerente com os princípios estabelecidos pela legislação educacional brasileira.

Compreender a avaliação como um processo de acompanhamento do desenvolvimento infantil implica reconhecer a criança como sujeito ativo de direitos, respeitando suas singularidades, potencialidades e formas de aprender. Quando realizada de maneira ética, contínua e reflexiva, a avaliação contribui para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas, favorecendo o desenvolvimento integral e garantindo os direitos de aprendizagem previstos para a Educação Infantil.

A INSERÇÃO DA BNCC E DOS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA COMO ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017, representou um marco para a Educação Infantil ao consolidar uma proposta curricular que reconhece a criança como sujeito histórico, social e de direitos o documento orienta a organização das práticas pedagógicas a partir das experiências vivenciadas pelas crianças, considerando suas interações, brincadeiras e formas de expressão como elementos centrais do processo educativo. A BNCC fortalece uma concepção de currículo voltada ao desenvolvimento integral, superando modelos centrados apenas na transmissão de conteúdo.

A BNCC estabelece que as práticas pedagógicas da Educação Infantil devem estar fundamentadas em dois eixos estruturantes: as interações e as brincadeiras. Conforme o documento, "as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e a brincadeira" (BRASIL, 2018, p. 40).

A partir dessa perspectiva, a organização curricular passa a ser estruturada pelos cinco Campos de Experiência, que articulam os direitos de aprendizagem aos objetivos de desenvolvimento infantil, favorecendo experiências significativas e contextualizadas.

Os Campos de Experiência constituem uma inovação curricular ao compreenderem que o conhecimento é construído por meio das vivências cotidianas das crianças, a própria BNCC afirma que "os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes" (BRASIL, 2018, p. 40), dessa forma, o currículo deixa de ser organizado por disciplinas e passa a valorizar experiências integradas que respeitam as especificidades da infância.

Os cinco Campos de Experiência O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações, possibilitam que o professor organize situações pedagógicas capazes de promover o desenvolvimento cognitivo, emocional, físico, social e cultural das crianças. Essa organização curricular favorece uma prática educativa interdisciplinar, na qual as aprendizagens acontecem de forma integrada e contextualizada, respeitando os diferentes ritmos de desenvolvimento infantil (BRASIL, 2018).

Segundo Oliveira (2019), a BNCC reforça uma concepção de infância em que a criança participa ativamente da construção do conhecimento, o planejamento pedagógico deve partir das curiosidades, interesses e experiências infantis, permitindo que o professor organize ambientes ricos em possibilidades de investigação, interação e descoberta, os campos de

experiência tornam-se referências para o planejamento, a observação e a avaliação das aprendizagens.

Para Barbosa e Horn (2008), a organização curricular da Educação Infantil deve considerar a criança como protagonista do processo educativo, garantindo experiências que integrem diferentes linguagens, saberes e formas de expressão o planejamento deve ser flexível e contextualizado, permitindo que as práticas pedagógicas dialoguem com a realidade das crianças e promovam aprendizagens significativas.

Segundo, Vygotsky (2007) compreende que a aprendizagem ocorre nas relações estabelecidas entre a criança, os adultos e seus pares, assim, as práticas pedagógicas orientadas pelos Campos de Experiência favorecem situações de mediação que ampliam as possibilidades de desenvolvimento, uma vez que valorizam a participação ativa das crianças na construção do conhecimento.

O professor assume o papel de mediador, organizando experiências que estimulem a linguagem, a imaginação, a resolução de problemas e a interação social, a proposta da BNCC também influencia diretamente os processos de avaliação na Educação Infantil. Em vez de avaliar conteúdos fragmentados, o professor passa a acompanhar o desenvolvimento das crianças por meio da observação de suas experiências, registros pedagógicos e documentação das aprendizagens.

9

Conforme orienta a BNCC, os objetivos de aprendizagem devem ser compreendidos como referências para o planejamento e para o acompanhamento do desenvolvimento infantil, respeitando os direitos de aprendizagem e as singularidades de cada criança.

A inserção da BNCC e dos Campos de Experiência representa uma mudança significativa nas práticas pedagógicas da Educação Infantil, pois desloca o foco do ensino para as experiências das crianças, valorizando o brincar, as interações e a participação ativa na construção do conhecimento.

Essa organização curricular fortalece práticas educativas mais inclusivas, democráticas e coerentes com os princípios do desenvolvimento integral, exigindo dos professores planejamento intencional, formação continuada e constante reflexão sobre suas práticas pedagógicas.

METODOLOGIA CIENTÍFICA

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, descritiva e de abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se na análise de

livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais relacionados à Educação Infantil, à avaliação da aprendizagem, aos Campos de Experiência e à Base Nacional Comum Curricular.

Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador reunir e analisar conhecimentos já produzidos sobre determinado tema, favorecendo a construção do referencial teórico e a ampliação da compreensão do objeto investigado. Marconi e Lakatos (2022) afirmam que a pesquisa bibliográfica constitui uma etapa essencial da investigação científica, pois possibilita o contato sistemático com diferentes produções acadêmicas, contribuindo para análises fundamentadas e críticas.

A abordagem qualitativa foi adotada por possibilitar a compreensão dos fenômenos educacionais em sua complexidade, privilegiando a interpretação dos significados presentes nas produções científicas e nos documentos normativos analisados. Conforme Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa qualitativa busca compreender a realidade social a partir da interpretação dos fenômenos, sem recorrer à mensuração estatística dos dados. Assim, espera-se que os resultados deste estudo contribuam para fortalecer o debate acerca da avaliação na Educação Infantil, evidenciando a importância dos Campos de Experiência como orientadores de práticas pedagógicas que promovam o desenvolvimento integral das crianças e assegurem seus direitos de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender que os Campos de Experiência, instituídos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), representam um importante avanço na organização das práticas pedagógicas da Educação Infantil, ao reconhecerem a criança como sujeito de direitos, protagonista de seu processo de aprendizagem e desenvolvimento. Nessa perspectiva, a avaliação deixa de assumir um caráter classificatório e passa a constituir-se como um processo contínuo, formativo e qualitativo, fundamentado na observação, na documentação pedagógica e no acompanhamento das experiências vivenciadas pelas crianças em diferentes contextos educativos.

A pesquisa evidenciou que a avaliação do desenvolvimento infantil ainda enfrenta inúmeros desafios. Entre eles, destacam-se a necessidade de formação continuada dos professores, a compreensão dos pressupostos da BNCC, a utilização de instrumentos avaliativos coerentes com a proposta pedagógica da Educação Infantil e a superação de práticas pautadas em modelos tradicionais de mensuração da aprendizagem. Além disso, constatou-se

que a diversidade dos ritmos, interesses e formas de expressão das crianças exige dos educadores um olhar sensível, ético e reflexivo, capaz de reconhecer o desenvolvimento como um processo singular e integral.

Os resultados também reforçam que os Campos de Experiência favorecem uma prática pedagógica centrada nas interações e nas brincadeiras, possibilitando que a avaliação seja realizada de forma contextualizada, respeitando as múltiplas linguagens infantis e promovendo o desenvolvimento cognitivo, social, emocional, cultural e motor das crianças. Nesse sentido, os registros pedagógicos, os portfólios, os relatórios descritivos e a observação sistemática configuram-se como instrumentos fundamentais para acompanhar os avanços individuais, subsidiar o planejamento docente e fortalecer o diálogo entre escola e família.

Outro aspecto relevante identificado refere-se à importância da gestão escolar e das políticas públicas na consolidação de práticas avaliativas alinhadas às diretrizes da BNCC. Investimentos em formação docente, espaços de reflexão coletiva e produção de materiais orientadores podem contribuir significativamente para que os professores desenvolvam processos avaliativos mais consistentes, inclusivos e comprometidos com a aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças.

A efetivação dos Campos de Experiência como orientadores da avaliação na Educação Infantil depende do compromisso coletivo dos profissionais da educação, das instituições de ensino e dos sistemas educacionais. Avaliar na infância significa compreender os percursos de aprendizagem das crianças, valorizar suas conquistas, respeitar suas singularidades e utilizar os resultados da avaliação para qualificar as práticas pedagógicas, e não para classificá-las. Dessa forma, a avaliação torna-se um instrumento de promoção do desenvolvimento integral e da garantia do direito à educação de qualidade.

As futuras pesquisas aprofundem investigações sobre as práticas avaliativas desenvolvidas em diferentes contextos educacionais, analisando os impactos da formação docente, da documentação pedagógica e da participação das famílias no acompanhamento do desenvolvimento infantil. Tais estudos poderão contribuir para o fortalecimento de uma cultura avaliativa cada vez mais democrática, humanizada e comprometida com os princípios da Educação Infantil brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 35. ed. Porto Alegre: Mediação, 2018.

KRAMER, Sonia. **A infância e sua singularidade**. In: BRASIL. Ministério da Educação. *Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade*. Brasília: MEC, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999. 12

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.